

JUSTIFICATIVA

Inclusão Digital ou info-inclusão é a democratização do acesso às tecnologias da informação, de forma a permitir a inserção de todos na sociedade da informação. Inclusão digital é também simplificar a sua rotina diária, maximizar o tempo e as suas potencialidades. Um incluído digitalmente não é aquele que apenas utiliza essa nova linguagem, que é o mundo digital, para trocar e-mails. Mas aquele que usufrui desse suporte para melhorar as suas condições de vida.

Dessa forma, toda a sociedade pode ter acesso a informações disponíveis na Internet, e assim produzir e disseminar conhecimento. A inclusão digital insere-se no movimento maior de inclusão social, um dos grandes objetivos compartilhados por diversos governos ao redor do mundo nas últimas décadas.

Dentro dessa perspectiva, o Brasil vem buscando desenvolver ações diversas visando a inclusão digital como parte da visão de sociedade inclusiva. Desde que entrou em prática, no final de novembro de 2005, o projeto de inclusão digital do governo federal – *Computador para Todos - Projeto Cidadão Conectado* – que prevê financiamento oficial da Caixa Federal e linhas de crédito do BNDES para a aquisição de máquinas, tem se revelado um sucesso.

De outra parte, têm surgido em todo o País ações visando obter computadores voltados ao uso público sem um maior dispêndio de valores: trata-se do aproveitamento, com a autorização da Justiça, de máquinas caça-níqueis apreendidas pela segurança pública como computadores a serem utilizados em escolas e telecentros da periferia. Como todas essas máquinas possuem processadores, o investimento na conversão é extremamente baixo, pelo que incluímos a idéia no presente projeto de lei.

Porém, somente colocar um computador na mão das pessoas ou vendê-lo a um preço menor não é, definitivamente, inclusão digital. É preciso ensiná-las a utilizá-lo em benefício próprio e coletivo. Induzir a inclusão social a partir da digital ainda é um cenário pouco estudado no Brasil, mas tem à frente os bons resultados até agora obtidos pelo País, cujas ações são reconhecidas e elogiadas mundialmente.

A inclusão digital significa, antes de tudo, melhorar as condições de vida de uma determinada região ou comunidade com a ajuda da tecnologia. Em termos concretos, incluir digitalmente não é apenas “alfabetizar” a pessoa em informática, mas também melhorar os quadros sociais a partir do manuseio dos computadores. Como fazer isso? Não apenas ensinando o bê-á-bá do informatiquês, mas mostrando como ela pode ganhar dinheiro e melhorar de vida com a ajuda dos computadores.

Desde a década de 90, acadêmicos e especialistas em tecnologia da informação (TI) deram início a uma série de debates sobre um quadro preocupante e que pouco mudou: os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, sobretudo os mais pobres, estão perdendo o bonde da informação. Sem os meios necessários (computadores e laboratórios) e recursos apropriados (internet rápida, telecomunicações), esses países deixam para trás um amplo leque de opções para aquecer a economia e melhorar os baixos índices sociais.

É preciso focar o crescimento social

Pensadores como Manuel Castells, um dos ícones nos estudos sociais a partir de novas tecnologias, pondera que a sociedade está passando por uma revolução informacional que pode ser comparada às grandes guinadas da história. Na trilogia *A Era da Informação*, o autor é enfático em mesclar economia, cultura e informação a partir de uma inclusão digital de verdade.

Muitos imaginam que, em países pobres, não se deveria nem falar em inclusão digital enquanto há pessoas com fome e desempregadas na rua. O problema é que são as nações pobres as quais, justamente, costumam se beneficiar melhor das ações includentes.

Mark Warschauer, professor na Universidade da Califórnia e integrante do Centro de Estudos em TI e Organizações (CRITO, do inglês), descreve que em países como o Brasil, a inclusão digital precisa ser acentuada com mais prática e menos teoria. Esse pensamento é compartilhado por William Mitchell, autor do livro *E-Topia*, que também se dedica a estudar o impacto social via inclusão digital. “Comunidades de baixa renda tendem a atrair menos investimentos em infra-estruturas de telecomunicações e tecnologias, gerando menos motivação de empresas e governos. Em lugares assim, há um risco óbvio de diminuir ainda mais as ofertas de bons empregos e serviços para todos daquela comunidade” enfatiza Mitchell, em um cenário bastante conhecido no Brasil.

O professor Adilson Cabral, doutorando em comunicação social e estudioso do tema, considera até impreciso utilizar o termo inclusão digital atualmente, porque não mostra à sociedade o contexto social envolvido na questão. “Preferimos a idéia de apropriação social das tecnologias de informação e comunicação (TIC), cuja relação direta é a tomada de consciência e cidadania nas comunidades”, explica. Ele critica a atuação de muitos laboratórios públicos de informática, alguns chamados de “telecentros”, porque muitas vezes os próprios organizadores não têm noção de objetivos e propósitos na hora de ensinar pessoas a usar o computador. “Não adianta apenas oferecer acesso à internet e editor de textos. A gente precisa transformar a perspectiva de vida das pessoas, buscar soluções práticas que melhorem a vida desses novos usuários”, sugere Cabral.

A crítica é compartilhada por Warschauer, que durante a última visita ao Brasil, ficou espantado com a falta de objetivos claros dos inúmeros telecentros instalados pelos governos nas cidades, embora tenha elogiado bastante os avanços na área.

Computadores como fonte de renda e cidadania

Há uma série de iniciativas de inclusão digital que merecem destaque nos países pobres, que ilustram como o acesso às tecnologias e uma pitada de boa vontade podem mudar um cenário de pobreza.

Em Honduras, uma ONG instalou estações de trabalho em comunidades rurais, cujos computadores funcionavam por energia solar, já que não havia energia elétrica naquela área. Também não havia infra-estrutura de telecomunicações, ou seja, nada de telefones ou conexões à internet. Então começaram a usar conexão via satélite, cujo valor ainda é bem alto. Ocorre que toda a parafernália pode se tornar auto-sustentável, com a própria comunidade arcando os custos de manutenção. Após o pontapé inicial - ensinando as pessoas a usar as ferramentas e como tirar proveito delas - os agricultores e artesões começaram a vender seus trabalhos pela internet. Jovens da comunidade ainda conseguem usar salas de bate-papo para ensinar espanhol a europeus.

A Índia é um país-ícone quando se fala de tecnologia, mas é bom lembrar que também representa uma nação com terríveis índices de pobreza e desigualdade. Hoje, aquele país exporta software e exímios especialistas em tecnologia, cobiçados pelos países ricos e contratados a peso de ouro. Parece incrível, mas os números sociais da Índia são piores do que no Brasil. De acordo com dados divulgados pelo governo, apenas 0,5% da Índia está conectada à web. Com uma população beirando um bilhão de pessoas, parece muita gente, mas em termos relativos está longe de chegar aos 11% que existe no Brasil, segundo o Ibope/Netratings. No setor de telefonia, a Índia tem apenas 2,2 linhas telefônicas para cada cem habitantes, em média.

Outro exemplo é a Costa Rica, um país com a economia baseada em agricultura. Hoje, exporta mais circuitos integrados (chips) do que produtos agrícolas, uma situação impensável anos atrás. O país carrega o apelido de “República do Silício”, pois hospeda uma fábrica da Intel desde 1998.

Tailândia, Filipinas, China, África do Sul. O ponto em comum entre as iniciativas é a mesma base: o computador é uma ótima diversão, mas também é uma fonte de conhecimento, de renda e de cidadania, justificando-se plenamente que o Estado do Rio Grande do Sul adote a Política de Inclusão Digital.

Deputado(a) Raul Carrion